LEI Nº

Súmula:

Fica revogada a lei n. 148/91 que dispõe sobre a integração do município de Cantagalo ao SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, para a Lei n. que cria o CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

A Câmara Municipal de Cantagalo, Estado do Paraná, aprovou e Eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte.

LEI

Fica instituído o Conselho Municipal de Saúde- CMS em caráter permanente como órgão deliberativo do Sistema Único de Saúde - SUS, na forma do disposto nos artigos 102 a 106 da Lei Orgânica do Município e das Leis Federais números 8.080 de 19/09/90 e 8.142 de 28/12/90 obedecendo as diretrizes fixadas nesta lei.

CAPÍTULO I DA COMPETÊNCIA DO CMS.

Art. I. Sem prejuízos das funções do Poder Legislativo, são competência do CMS.

- I- Definir as prioridades de saúde
- II- Estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração do plano municipal de saúde
- III- Atuar na formulação de estratégias e no controle da política de saúde
- IV- Propor critérios para a programação e para as execuções financeiras e orçamentárias do FMS, acompanhando a movimentação e o destino dos recursos
- V- Acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de saúde prestados a população pelos órgãos e entidades públicas e privadas integrantes do SUS, no município
- VI- Definir critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços de saúde públicas e privados no âmbito do SUS
- VII- Definir critérios para a celebração de contratos ou convênios entre o setor público e as entidades privadas de saúde no que tange a prestação de serviço de saúde
- VIII- Apreciar previamente os contratos e convênios referidos no inciso anterior
- IX- Estabelecer diretrizes quanto a localização e o tipo de unidades prestadoras de serviços de saúde pública e privada, no âmbito do SUS
- X- Elaborar o seu regime interno
- XI- Outras atribuições estabelecidas em normas complementares

CAPITULO II DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

DA COMPOSIÇÃO

Art. 2º. O CMS terá a seguinte composição.

DO GOVERNO MUNICIPAL:

- a) representante(s) da Secretaria de Saúde;
- b) representante(s) do órgão municipal de finanças;
- c) representante(s) do órgão municipal de educação;
- d) representante(s) do órgão do Meio Ambiente;

II- DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS:

- a) representante(s) dos prestadores de serviços filantrópicos contratados pelo SUS.
- b) representante(s) dos prestadores de serviços filantrópicos contratados pelo SUS.

III- DOS TRABALHADORES DO SUS:

- a) representante(s) das entidades de trabalhadores do SUS.

IV- DOS USUÁRIOS:

- a) representante(s) das entidades ou associações comunitárias;
- b) representante(s) dos sindicatos e entidades patronais;
- c) representante(s) dos sindicatos de trabalhadores;
- d) representante(s) das associações de portadores de deficiências e patologias.

Paragrafo 2º- Será considerada como existente; para fins de participação no CMS, a entidade regularmente organizada.

Paragrafo 3º- A representação dos trabalhadores do SUS, será definida por indicação conjunta das entidades representativas das diversas categorias.

Paragrafo 4º- O número de representantes de que trata o inciso IV do presente artigo não será inferior a 50% (cinquenta por cento) dos membros do CMS.

ART. 4º- Os membros efetivos e suplentes do CMS serão nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante indicação das respectivas entidades.

Paragrafo 1º- Os representantes do Governo Municipal serão de livre escolha do Prefeito.

Paragrafo 2º- O Secretario Municipal de Saúde é o membro nato do CMS e será seu Presidente

Parágrafo 3º- Na ausência ou impedimento do Secretário Municipal de Saúde a presidência do CMS será assumida pelo suplente.

ART. 5º- O CMS reger-se-a pelas seguintes disposições, no que se refere a seus membros:

I- O exercício da função de Conselheiro não será remunerado considerando-se como serviço público relevante;

II- Os membros do CMS serão substituídos caso falem, sem motivo justificado, a 3(três) reuniões consecutivas ou 5(cinco) reuniões intercaladas no período de 1 ano,

III- Os membros do CMS poderão ser substituídos mediante solicitação, da entidade ou autoridade responsável, apresentada ao Prefeito Municipal.

SEÇÃO II DO FUNCIONAMENTO

ART. 6º- O CMS terá seu funcionamento regido pelas seguintes normas:

I- O órgão de deliberação máxima e o plenário;

II-As sessões plenárias serão realizadas ordinariamente a cada mês e extraordinariamente quando convocadas pelo presidente ou por requerimento da maioria de seus membros;

III-Cada membro do CMS terá direito a um único voto na sessão da plenária;

IV-O presidente do CMS terá, além do voto comum, o de qualidade bem como, a prerrogativa de deliberar, "ad referendum" do plenário;

V- As decisões do CMS serão consubstanciadas em resoluções;

ART. 7º- A Secretaria municipal de Saúde prestará o apoio administrativo necessário ao funcionamento do CMS.

ART. 8º- Para melhor desempenho de suas funções o CMS poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios.

I- Consideram-se colaboradores do CMS, as instituições formadoras de recursos humanos para a saúde, e as entidades representativas de profissionais e usuários dos serviços de saúde, sem embargo de sua condição de membros;

II- Poderão ser convidados pessoas ou instituições de notoria especialização para assessorar o CMS em assuntos específicos;

III-Poderão ser criadas comissões internas, constituídas por entidades-membro do CMS e outras instituições, para promover estudos e emitir pareceres a respeito de temas específicos.

ART. 9º- As sessões plenárias ordinárias e extraordinárias do CMS deverão ter divulgação ampla e acesso assegurado a público.

Paragrafo Unico- As resoluções do CMS, bem como os temas tratados em plenário, reuniões de diretoria e comissões, deverão ser amplamente divulgadas.

ART. 10- O CMS elabora o seu Regimento Interno no prazo de 60(sessenta dias) após a promulgação desta Lei.

ART. 11- Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir credito especial, para prover as despesas com a instalação do CMS.

ART. 12- Esta lei entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cantagalo, 20 de fevereiro de 1998.

JOÃO KONJUNSKI
Prefeito Municipal